

HERCULES S.A. – FÁBRICA DE TALHERES

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades. Atualmente a Companhia opera com o licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As demonstrações financeiras da Hercules foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 11), bem como viabilizar o pagamento do montante registrado com a Mundial S.A. – Produtos de Consumo (nota explicativa 14).

Com o objetivo de cumprir com as obrigações mencionadas acima, a Hercules vem tomando importantes medidas cujo reflexo serão percebidos no médio e longo prazo.

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Hercules S.A. O crescimento do faturamento de produtos licenciados em 2012, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 24,8 %, quando comparado a 2011. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais), Hercules Porzelon (Louças e travessas), Hercules Deco (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação cada vez maior comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, proporcionam aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento bruto da Companhia.

O crescimento da marca está ligado a novos lançamentos em diversos segmentos de produtos, o que tem contribuído para o aumento da geração de caixa da Companhia.

A Administração da Companhia, em conjunto com o seu conselho de Administração, está analisando as propostas de reestruturação societárias com a finalidade de viabilizar a liquidação do mútuo existente com a coligada Mundial S.A - Produtos de Consumo.

Por fim a Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todo o passivo tributário, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

A Companhia está ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, através de petições específicas, de modo que a revisão reduza substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas. A Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto a continuidade operacional dos negócios da Hercules S.A..

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade (às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o BR GAAP

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não - derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 18 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota explicativa 15 – Provisão para contingências.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 05 de abril de 2013.

4. Refazimento das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial

	Reapresentação	Ajuste	Publicado	Reapresentação	Ajuste	Publicado
Ativo	31/12/11		31/12/11	01/01/11		31/12/10
Ativo circulante						
Total ativo circulante	1.291	-	1.291	985	-	985
Ativo não circulante						
Demais contas do ativo não circulante	1.078	-	1.078	1.134	-	1.134
Participação em coligada	4.386	(6.886) (a)	11.272	10.264	(4.898) (a)	15.162
Total ativo não circulante	5.464	(6.886)	12.350	11.398	(4.898)	16.296
Total do Ativo	6.755	(6.886)	13.641	12.383	(4.898)	17.281
	Reapresentação	Ajuste	Publicado	Reapresentação	Ajuste	Publicado
Passivo	31/12/11		31/12/11	01/01/11		
Total passivo circulante	9.560	-	9.560	4.477	-	4.477
Total passivo não circulante	344.392		344.392	315.422		315.422
Passivo a descoberto						
Demais contas do passivo a descoberto	34.286	-	34.286	35.802	-	35.802
Prejuízos acumulados	(381.351)	(6.875) (a)	(374.476)	(343.156)	(4.895) (a)	(338.261)
Outros resultados abrangentes	(132)	(11) (a)	(121)	(162)	(3) (a)	(159)
Total do passivo a descoberto	(347.197)	(6.886)	(340.311)	(307.516)	(4.898)	(302.618)
Total do Passivo	6.755	(6.886)	13.641	12.383	(4.898)	17.281

Demonstração do resultado

	Reapresentação	Ajuste	Publicado
	31/12/11		31/12/11
Receita operacional líquida	3.104	-	3.104
Lucro bruto	3.104	-	3.104
Despesas operacionais	(901)	-	(901)
Resultado operacional antes do resultado da participação societária e do resultado financeiro	2.203	-	2.203
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	(4.515)	(1.961)	(2.554)
Resultado financeiro	(36.748)	-	(36.748)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(39.060)	(1.961)	(37.099)
Imposto de renda e contribuição social	742	-	742
Prejuízo do exercício	(38.318)	(1.961)	(36.357)

- (a) Ajustes apresentados no balanço de abertura referentes ao reconhecimento da provisão para perda dos seguintes investimentos indiretos com passivo a descoberto e seus efeitos sobre o resultado de equivalência patrimonial de 2012: Laboratório Avamiller Ltda., Mundial Personal Care, Mundial Europa e Cia Florestal Zivi Hercules S.A. Os ajustes demonstrados acima não afetaram de forma relevante a demonstração de fluxo de caixa.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Hercules nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separadamente.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Hercules tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Clientes e Outros créditos.

i. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originadas. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia “desreconhece” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Investimentos

O investimento em coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”, no grupo de “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

d. Ativo intangível

i: Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

ii: Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii: Amortização

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas

não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Reserva de reavaliação

A Companhia optou em por manter os montantes registrados em reservas de reavaliação reflexa constituídos sobre itens do ativo imobilizado da coligada Mundial durante os anos de 2003 e 2007. A realização da reserva é registrada proporcionalmente depreciação ou venda dos itens da coligada.

g. Receita operacional

Royalties

As receitas operacionais correspondem as receitas de royalties sobre um percentual auferido pelo vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas, a receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

h. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e sobre saldo de conta de mútuo, , , , . Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

Não existem saldos de imposto de renda e de contribuição social correntes apurados para o exercício devido aos prejuízos fiscais apresentados. Como a Companhia encontra-se em fase de reestruturação, não é possível estimar com segurança os lucros tributáveis futuros, de modo que não são reconhecidos ativos fiscais diferidos.

j. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, , nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

k. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas. ***Novas normas e interpretações ainda não adotadas***

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 12 / CPC 45 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”. O IFRS 12 contém requerimentos de divulgação bastante extensa para entidades que possuem participações em subsidiárias, joint ventures, coligadas e/ou entidades não consolidadas. As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar como que os usuários avaliem: (i) a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades; (ii) as divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas; (iii) novas divulgações sobre entidades estruturadas não consolidadas; (iv) os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa. Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”. O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

6. Clientes

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Duplicatas a receber	1.504	1.209
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18)	(25)
	<u>1.486</u>	<u>1.184</u>

O saldo de contas a receber de clientes, por vencimento:

	31/12/12	31/12/11
Valores a vencer	1.486	1.108
Vencidos há mais de 181 dias	18	101
	1.504	1.209

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	31/12/12	31/12/11
A vencer até 30 dias	588	534
A vencer entre 31 e 60 dias	757	317
A vencer entre 61 e 90 dias	-	231
A vencer entre 91 e 180 dias	141	26
	1.486	1.108

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está fundamenta em uma análise individual de todos os títulos em aberto há mais de 180 dias por parte da assessoria jurídica de cobrança da Companhia, sendo que a provisão para perdas é constituída para os casos onde sejam considerados de recebimento remoto, conforme critérios definidos pela Administração.

7. Investimentos

Investimento na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	Participação total	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Prejuízo	Equivalência patrimonial
Mundial S.A. Produtos de Consumo	10,47%	31.170.023	846.468	814.659	31.809	247.841	(6.008)	(629)

Movimentação 2012						
Composição e movimentação dos saldos	Saldo líquido em 31/12/2011	Conversão de ações e aumento de capital - resultado	Movimentação da reserva reflexa	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Saldo líquido em 31/12/2012
Mundial S.A. Produtos de Consumo	4.386	1.285	(1.748)	(629)	36	3.330

Movimentação 2011						
Composição e movimentação dos saldos	Saldo líquido em 31/12/10	Saldo líquido em 01/01/11	Reserva de Reavaliação Reflexa	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Saldo líquido em 31/12/11
Mundial S.A. Produtos de Consumo	15.162	10.264	(1.374)	(4.515)	11	4.386

Em Assembleia Geral Extraordinária da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, realizada em 19 de janeiro de 2012, foi aprovado a conversão da totalidade das ações preferências de emissão da Mundial em ações ordinárias, resultado em um aumento da participação de 11,12% para 12,12% do capital da coligada.

Em 19 de junho de 2012 foi realizada integralização de capital na coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo no montante de R\$ 15.000 por outros investidores. O aumento no capital da Mundial resultou em uma redução no percentual de participação da Companhia de 12,12% para 10,47%.

O saldo líquido em 1º de janeiro de 2011 reapresentado com os devidos ajustes estão detalhados na Nota 4 de refazimento das demonstrações financeiras.

8. Intangível

	Custo	31/12/12 Valor residual	31/12/11 Valor residual
Marcas e patentes	96	96	94

O saldo refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

Movimentação do intangível:

Custo do intangível	Marcas e Patentes	Total Ativo Intangível
Saldos em 31/12/2011	94	94
Adições	2	2
Saldos em 31/12/2012	96	96

9. Imposto de renda e contribuição social

O valor de R\$ 4.878 (R\$ 3.587 referente a IRPJ e R\$ 1.291 referente a CSLL), registrado na rubrica de provisão de imposto de renda e contribuição social, foi constituído em função dos efeitos na adesão ao parcelamento Ajustar - ICMS, e a realização do referido tributo se dará em 92 parcelas restantes.

10. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos captados no mercado foram reconhecidos no passivo circulante. Referem-se, basicamente, a captações de recursos atualizados no mercado interno pela taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) acrescido de SPREAD.

Os saldos estão demonstrados abaixo:

Modalidade	Taxa de contrato	Taxa efetiva	31/12/12	31/12/11
Capital de giro - CCB	CDI + 1,30% a.m	2,17%	-	4.000
Títulos descontados			-	125
Total passivo circulante	Taxa de contrato		-	4.125

11. Impostos e contribuições sociais

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

A Companhia está ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, através de petições específicas, de modo que a revisão reduza substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

	31/12/12	31/12/11
REFIS (Nota explicativa 12)	14.173	14.173
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (a)	2.531	4.297
Ajustar - ICMS (b)	12.235	15.174
PIS (c)	-	84
COFINS (c)	-	421
IPTU (d)	408	498
Outros impostos	312	75
	29.659	34.722
Passivo circulante	4.175	5.376
Passivo não circulante	25.484	29.346
Total	29.659	34.722

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2013	4.175
2014	3.037
2015	1.847
2016 em diante	6.427
Total	15.486
Refis (Nota explicativa 12)	14.173
Total - passivo e passivo não circulante	29.659

(a) Parcelamento Lei 11.941/2009

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/2009, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Esta opção resultou em uma redução da dívida em R\$ 17.537, reconhecida na rubrica outras despesas e receitas operacionais, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa até 31 de dezembro de 2008.

O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Seguindo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a Hercules formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Hercules identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, o que a levou iniciar um trabalho específico de revisão interna, para o confronto das informações fornecidas à Receita Federal do

Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação.

Entretanto, a Receita Federal do Brasil concederá nova oportunidade para que os contribuintes que tiveram a consolidação no parcelamento da Lei nº 11.941/09 deferida e que verificaram necessidade de ajustes relacionados à inclusão/exclusão de débitos no programa de parcelamento. A chamada “reconsolidação” está em fase final de aprovação, através da Medida Provisória nº. 574/2012, e permitirá uma nova consolidação do parcelamento para os contribuintes que identificaram incongruências. Este novo procedimento tornará desnecessária a revisão administrativa, tendo em vista que a própria Receita Federal do Brasil oportunizará ao contribuinte as adequações que se fizerem necessárias.

Assim, a Hercules poderá efetuar os ajustes necessários na inclusão dos débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009 para confirmação dos saldos mantidos nos seus controles internos.

Atualmente os pagamentos mensais são de R\$ 83.

(b) Adesão ao Ajustar – ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (Ajustar) junto à Secretária da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 18.715.

Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual é de R\$ 12.235, que está pactuado em 120 parcelas mensais e consecutivas, atualizado pela SELIC e com recolhimento mensal de R\$ 184.

(c) PIS, COFINS

Refere-se a compensações efetuadas junto à Secretária da Receita Federal - SRF, pendentes de homologação.

(d) IPTU

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 408, e com pagamentos mensais de R\$ 6.

12. Tributos e contribuições sociais – Programa de recuperação fiscal – (REFIS)

a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calcula uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na melhor estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante de R\$ 14.173 (R\$ 610 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). A Administração mantém o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados. Este montante tem sido revisado a cada data de reporte e será ajustado à medida que alterações relevantes sejam identificadas

Atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 6.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia na modalidade de arrolamento de bens, imóveis, máquinas e equipamentos, da coligada a Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) e recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Em 31 de dezembro de 2012 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 476.261, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 462.088 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 14.173 (Nota explicativa 11).

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa, atualizados pela TJLP e considerando as amortizações já efetuadas:

	Principal	Juros e multa	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/12/12
PIS	2.597	1.519	4.116	4.295	(78)	8.333
COFINS	9.619	7.266	16.885	17.614	(320)	34.179
IPI	22.450	22.819	45.269	47.223	(859)	91.633
IRRF	2.323	2.321	4.644	4.845	(88)	9.401
CSLL	16.183	-	16.183	16.882	(307)	32.758
IRPJ	33.724	-	33.724	35.180	(640)	68.264
INSS	27.950	23.934	51.884	54.125	(985)	105.024
	114.846	57.859	172.705	180.164	(3.277)	349.592

b) A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Porém, conforme ficha 13 do programa do REFIS da Companhia, tal litígio consta como tendo sido incluído. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem garantido sua manutenção no programa através de medidas judiciais. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

13. Garantias prestadas

Em garantia dos parcelamentos com a Receita Federal do Brasil - RFB e da Secretaria da Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ, foram dados terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da coligada Mundial S.A- Produtos de consumo, e terrenos e imóveis das coligadas indiretas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A.

14. Partes relacionadas

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	Avamiller	ZHEPAR	Total
Em 31 de dezembro de 2012					
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	623	261	884
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	349.040	2.966	-	-	352.006
Despesas financeiras	37.214	-	-	-	37.214
Em 31 de dezembro de 2011					
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	249	-	249
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	306.408	2.967	-	-	309.375
Despesas financeiras	35.151	-	-	-	35.151

O saldo de R\$ 349.040 em 31 de dezembro de 2012 com a coligada Mundial S.A. teve origem na operação de compra em 1988 das unidades de talheres, baixelas e cutelaria (Fábricas 2 e 8) da então coligada Eberle S.A., hoje sucedida pela Mundial S.A.

Abaixo apresentamos a remuneração dos mútuos:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Mundial S.A. - Produtos de Consumo.	IPCA + 6%a.a.	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Laboratorio Avamiller de Cosméticos Ltda.	Não remunerada	Indeterminado

15. Provisão para contingências

A Hercules é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

	31/12/12	31/12/11
Provisões trabalhistas	194	233
Depósitos judiciais	(38)	(77)
	156	156

Provisões trabalhistas - São relativas basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como por exemplo, horas extras.

Provisões cíveis - São constituídas por ação de rescisão de contratos de representação comercial e ação de cobrança de honorários advocatícios com respectivos pedidos de indenização.

Existem processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montantes apresentados no quadro abaixo:

	31/12/2012	31/12/11
Causas trabalhistas	615	547
Causas cíveis	8.342	4.369
	8.957	4.916

16. Passivo a descoberto

Capital autorizado

É dividido em 50.597.929 ações ordinárias e 101.195.858 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Capital subscrito

É dividido em 5.135.950 ações ordinárias e 10.164.050 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas por reserva de ágio sobre ações e reserva de incentivos fiscais.

Transferência entre reservas

Em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2013 o Conselho de Administração da Hercules S.A – Fabrica de Talheres, aprovou a proposta da administração para destinação reserva para aumento de capital no valor de R\$ 3.877 para absorção do prejuízo acumulado conforme determina o Art. 189 parágrafo único e Art. 202, § 5º da Lei 6404/75.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflexa da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

Outros resultados abrangentes

O saldo do grupo de outros resultados abrangentes é composto ajuste acumulado de conversão dos investimentos indiretos no exterior.

17. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Hercules no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2011 conforme o quadro abaixo:

Data	Histórico	Quantidade de ações ordinárias	Média ponderada de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Média ponderada de ações preferenciais
31/12/2010	Saldo inicial de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
31/12/2011	Saldo final de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
31/12/2011	Saldo inicial de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
31/12/2012	Saldo final de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
			31/12/2012	31/12/2011	
Resultado do exercício			(31.366)	(38.318)	
Média do exercício de ações ordinárias			5.135.950	5.135.950	
Média do exercício de ações preferenciais			10.164.050	10.164.050	
Resultado por ação ordinária básico e diluído			(2,0501)	(2,5045)	
Resultado por ação preferencial básico e diluído			(2,0501)	(2,5045)	

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Hercules apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Hercules registra em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Hercules em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Empréstimos e recebíveis	31/12/12	31/12/11
Clientes	1.504	1.209
Partes relacionadas	884	249
Outros créditos	447	442

Os principais passivos financeiros da Hercules são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

Mantidos até o vencimento	31/12/12	31/12/11
Empréstimos, financiamentos	-	4.125
Fornecedores	60	59
Partes relacionadas	352.006	309.375

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual o instrumento poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31/12/12		31/12/11	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Clientes	1.504	1.504	1.209	1.209
Partes relacionadas	884	884	249	249
Outros créditos	447	447	462	462
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos	-	-	4.215	4.215
Fornecedores	60	60	59	59
Partes relacionadas	352.006	352.006	309.375	309.375

d. Gestão de risco

As operações financeiras da Hercules são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Hercules a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Hercules são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	31/12/12	31/12/11
Contas a receber de clientes	1.504	1.209

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Hercules sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Hercules mantém acompanhamento permanente do mercado.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Hercules eram:

Intrumentos de taxa variável	31/12/12	31/12/11
Passivos financeiros	349.040	310.533
	349.040	310.533

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Hercules contabiliza todos os ativos ou passivos financeiros de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável

Uma alteração nas bases das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o resultado do período de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, são mantidas constantes.

A análise é conduzida com a mesma base para 2011.

Instrumentos de taxa variável	31/12/2012	31/12/2011			
Passivos financeiros	-	4.125			
Passivos com partes relacionadas	349.040	306.408			
	Receita sobre índice 31/12/2012	Taxa provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
Passivos financeiros sujeitos a variação IPCA	0,79%	0,79%	0,59%	0,40%	
Projeção sobre passivo com partes relacionadas		2.757	2.068	1.379	

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Hercules honrar suas dívidas. A Hercules procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

19. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/12	31/12/11
Receita bruta de serviços	4.478	3.587
Impostos sobre serviços	(575)	(483)
Receita operacional líquida	3.903	3.104

20. Resultado financeiro

	31/12/12	31/12/11
Despesas financeiras com partes relacionadas (a)	(37.214)	(35.151)
Outras despesas e receitas financeiras	1.039	(1.597)
Total de despesas financeiras	(36.175)	(36.748)

(a) Despesas em decorrência da atualização do mútuo com a coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo, atualizado por IPCA e acrescido de 6% a.a.

21. Outras receitas/despesas operacionais

Em dezembro de 2012, o grupo de outras receitas/despesas Operacionais é composto por R\$ 160 referente a reversão provisão para perda em investimento e R\$ 1.285, correspondente ganho de conversão de ações da coligada Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

	31/12/12	31/12/11
Ganho na conversão de ações da Mundial S.A. - Produtos de Consumo	1.285	-
Outras receitas ou despesas operacionais	(160)	(278)
Total de outras receitas operacionais	1.125	(278)

22. Seguros (não auditados)

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas em apólice global para a Companhia e suas coligadas diretas e indiretas, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice prevê coberturas contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA E CONSELHO DA HERCULES

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin – Presidente

Paulo Roberto Leke – Vice Presidente

Jose Maria de Cesarino Henrique Soares – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

Julio Cesar Camara – Diretor

Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor

Responsável Técnico

Ivanês Grison Souto

TCCRC nº RS 084547/O-0 SSP – CPF: 522.635.500-97